

“LUTAR É BRIGAR PELO RESPEITO!”: OLHARES FEMININOS DE RIBEIRINHOS DO BAIXO SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, BRASIL

Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva¹

Verônica Nogueira Andrade Nascimento²

RESUMO

Este artigo busca apresentar o olhar feminino das mulheres pescadoras do Baixo São Francisco Sergipano, Brasil. Seguindo os fundamentos da História Oral de Meihy e Seawright, foram conduzidas entrevistas na Associação de Mulheres e Homens Pescadores Nossa Senhora Aparecida, localizada no povoado Serrão, município de Ilha das Flores, no estado de Sergipe. Foram colaboradoras a senhora Zilda Maria Alves de Souza, líder da associação e a senhora Simone Cristina Calumbi Zeferino, pescadora associada. As entrevistas contribuíram para aprofundar a compreensão sobre o universo de uma comunidade ribeirinha e pesqueira do município de Ilha das Flores (SE), marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, patriarcado, problemas ambientais e diáspora dos jovens sob a perspectiva feminina.

Palavras-chaves: História Oral; Pescadoras; Rio São Francisco; Ilha das Flores-SE.
ABSTRACT

This article seeks to present the female gaze of fisherwomen from São Francisco River's low stream, State of Sergipe, Brazil. Following the foundations of Meihy and Seawright's Oral History, interviews were conducted at the Association of Women and Men Fishermen Nossa Senhora Aparecida, located in the village of Serrão, municipality of Ilha das Flores, in the state of Sergipe. Collaborators were Zilda Maria Alves de Souza, leader of the association, and Simone Cristina Calumbi Zeferino, associated fisherman. The interviews contributed to deepening the understanding of the universe of a riverside and fishing community in the municipality of Ilha das Flores (SE), marked by profound socioeconomic inequalities, patriarchy, environmental problems and the diaspora of young people from a female perspective.

Keywords: Oral History; Fisherwomen; São Francisco River; Ilha das Flores-SE.

¹ Mestre em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA-UFS. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Municipal de Itaporanga d'Ajuda-SE.

² Mestra em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA-UFS. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Lagarto-SE e da Rede Municipal de Ensino de Paripiranga-BA.

Examinar o *modus vivendi* das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco no trecho que atravessa e divide os limites territoriais dos estados de Alagoas e Sergipe no primeiro quarto do século XXI requer uma aquarela de definições. O termo *ribeirinho* é na atualidade deveras plural e não se limita mais à interpretação exógena da relação homem-meio dos corolários de estudos anteriores, que abordavam isoladamente a interferência geográfica, histórica, econômica, sociológica e política em um caráter determinista.

Ser ribeirinho não se limita à sobrevivência dependente do corpo d'água. Ser ribeirinho engloba valores referentes à sua história de vida, seus saberes, suas perspectivas e impressões do lugar. As próprias mudanças em múltiplos espaços e na vazão do baixo São Francisco nos últimos 50 anos, marcadas pela construção de desvios e barragens para geração de energia elétrica, abastecimento urbano e irrigação em polos agrícolas somadas a um intenso processo de degradação de suas margens com o desmatamento, a urbanização e o despejo de resíduos domésticos sem tratamento, levando a um grave assoreamento e redução da piscosidade, trouxeram novas relações de espaço-poder na região no tocante aos seus usos e sentidos, como preconiza SANTOS (1996, p.104).

O território ganha assim, uma diversidade de interpretações culturais nas diversas comunidades situadas entre margens do São Francisco. Histórias de vida que carregam na memória o significado identitário delas com o rio de acordo com as mudanças sofridas devido às políticas de gestão, que trouxeram impactos no cotidiano dessas pessoas. Nas palavras de VARGAS (2020, p.61), “viver com o rio São Francisco engendra um modo de vida particular; ele é a fonte do significado da paisagem; é ele que representa as experiências e as histórias individuais e coletivas, bem como é singularmente colocado nas narrativas dos sujeitos ribeirinhos pelos sentimentos de pertencimento.”

VARGAS (2020, p.65) acrescenta, a partir de depoimentos por ela colhidos, que o rio e seu movimento “é medido por quem espia o vai e vem de canoas e barcos com gentes, coisas, novidades e histórias.” Assim, o rio pode ter multifacetados significados, o pescador e sua relação ancestral, o artista plástico e a dádiva da argila para a construção de suas cerâmicas, o rizicultor e o aproveitamento econômico das margens e várzeas, o barqueiro e sua imprescindível função de transportar mercadorias e pessoas, os

trabalhadores e estudantes pendulares que “flutuam” entre as duas margens, as manifestações culturais e a gastronomia que atraem turistas a misturarem-se com os nativos. Todo esse conjunto ressignifica o rio São Francisco no trecho alagoano-sergipano. Ele deixa de ser um mero corpo fluvial e ganha uma importância ímpar na construção de uma sociedade ribeirinha com suas histórias coletivas ou particulares sobre o lugar.

Não menos importante é investigar a identidade feminina nessa confluência de elementos que compõem o meio social de uma comunidade do baixo São Francisco. Por tanto tempo impregnado pelo patriarcado em diversas esferas (política, econômica, familiar, etc.), as mulheres *ribeirinhas*, *barranqueiras*, *buraqueiras* e outras denominações do baixo São Francisco sergipano³ tiveram suas histórias de vida reduzidas ou simplesmente apagadas. Com a maior visibilidade no século XXI de personagens antes esquecidos pela História e a ampliação dos espaços para as mulheres em todas as áreas, temos agora maior visibilidade para compreender a perspectiva feminina a partir de suas próprias vivências.

É em uma das comunidades que vivem nesse complexo espaço geográfico que desenvolvemos nossa entrevista, o povoado Serrão, no município de Ilha das Flores, situada a 135 quilômetros ao norte de Aracaju. Capital do Estado de Sergipe, que teve sua gênese associada à Ilha dos Bois, nome originado de um curral de gado que fundamentou seu surgimento. A narrativa deste município remonta a 15 de fevereiro de 1826, quando os padres jesuítas se estabeleceram em Cajuípe de Cima, no vizinho e atual município de Brejo Grande. Ao longo de muitos anos, esses religiosos desempenharam missões em diversas localidades recebendo, como dádiva, bovinos que propiciaram a formação de um arraial, onde hoje se ergue Ilha das Flores. Em busca de zeladores para o gado, os jesuítas convocaram o caboclo Manuel Ricardo como vaqueiro, incumbindo-o também de encontrar um local propício para cultivar capim destinado à alimentação do rebanho. Este, por sua vez, escolheu uma elevação e convidou os habitantes locais para desenvolverem plantações.

Na área selecionada, denominada inicialmente Ilha da Boa Vista e posteriormente Alto de Ilha dos Bois, foram construídos um curral e uma residência. Cerca de uma década mais tarde, em 15 de março de 1835, os padres jesuítas foram

³ Municípios do Baixo São Francisco sergipano: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Canindé do São Francisco, Cedro de São João, Gararu, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Neópolis, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco, Telha.

expulsos por tropas portuguesas, cedendo as terras ao líder político da região, o coronel Agripino do Aracaré de Vila Nova, atualmente Neópolis. O coronel persistiu na comercialização de gado até seu falecimento, quando sua esposa assumiu os negócios. Todavia, essa empreitada não logrou êxito, resultando na venda do rebanho e na doação das terras ao padroeiro do município, Santo Antônio. As terras doadas foram subdivididas entre diversos posseiros, que estabeleceram dezenas de habitações no local, batizando-o de Arraial de Santo Antônio.

A Ilha prosperou significativamente. Em 7 de abril de 1947, com a iniciativa do farmacêutico ilhense Luiz Ferreira Lisboa, foi elevada à condição de povoado. À época, Lisboa exercia o cargo de prefeito de Parapitinga, atualmente Brejo Grande, e conseguiu, por meio da Lei 823, datada de 15 de abril de 1950, a transformação da povoação em vila. Enquanto administrava Brejo Grande, providenciou a documentação essencial para desvincular o local de seu município de origem.

Em 1º de julho de 1958, o deputado Jessé Ferreira Trindade apresentou o projeto, que foi aprovado por maioria absoluta. A lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 1959, a partir do qual Ilha das Flores se tornou sede dos povoados Aroeira, Jenipapo e Serrão. Luiz Lisboa, antigo proprietário da Fazenda Cabacinha, ex-delegado, ex-vereador e ex-prefeito, foi também o responsável pela emancipação da vila. De acordo com o IBGE, tem uma área territorial de 52.816 km², possui uma população estimada no ano de 2021 em 8.522 habitantes, um baixo Índice de Desenvolvimento Humano de apenas 0,562 e um PIB per capita de R\$4.341,14. Suas principais atividades econômicas são provenientes da agricultura: a pesca, a rizicultura, a cocoicultura, o cultivo de mandioca, a pecuária bovina, suína e equina.

Como observamos anteriormente, a história das mulheres no Brasil foi marcada por negações, exclusões, desvalorização e apagamentos. Ao expormos nosso anseio de entrevistar uma pescadora, desejávamos sobretudo, conhecer uma atividade econômica numa perspectiva diferente da convencional. Oportunizar as pescadoras de narrarem os seus desafios cotidianos, suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, além da relação com os pescadores e o contexto que as levaram a fundar uma associação que as representassem.

A partir dessas considerações surgem alguns desdobramentos para o campo da História oral, em particular, no que se refere à narrativa de vida. Portanto, ao descrever as suas experiências pessoais, percebemos que são carregadas também de aspectos sociais,

de traumas e vivências coletivas e como afirmaram MEIHY e SEAWRIGHT (2021, p. 64), “de construção de conhecimento sobre uma pessoa ou grupo de outra natureza”. Nesse sentido, além da constância dos eventos históricos, na abordagem da história oral de vida, reconhece-se a importância da vivência como uma apreciação dos prismas individuais e percepções pessoais.

Este artigo foi elaborado a partir das entrevistas realizadas no povoado Serrão no município de Ilha das Flores, estado de Sergipe, tendo como colaboradoras a Sra Zilda Maria Alves de Souza e Sr. Simone Calumbi Zeferino, respectivamente líder da Associação de mulheres e homens pescadores Nossa Senhora Aparecida, e pescadora associada em maio de 2023.

As entrevistas transcorreram na residência de Dona Zilda, localizada no povoado Serrão, em Ilha das Flores-SE. No espaço superior, reservado para as assembleias da associação, encontrávamo-nos em um lugar especial. À margem do Rio São Francisco, contemplando o pôr do sol, envolvidos pelo aroma da água e pela frescura doce da terra, nossas almas eram banhadas com a energia da região. Dona Zilda e Dona Simone nos aguardavam com alegria e ansiedade, prontas para conversar com os entrevistadores. Antes de iniciarmos as perguntas, D. Zilda compartilhou a história da Associação de Mulheres e Homens Pescadores Nossa Senhora Aparecida, os desafios enfrentados e aspectos de sua vida pessoal. A entrevista ocorreu de maneira espontânea, com vista para o poente, fluindo tranquilamente, permeada por leveza, risos soltos e expressões de indignação ao abordar temas sensíveis. As colaboradoras respondiam simultaneamente as perguntas, algumas direcionadas a Dona Zilda, outras a Dona Simone e algumas a ambas.

Após a conclusão das entrevistas realizamos a transcrição dos discursos e, por intermédio do Professor Dr. Paulo Heimar Souto, do Programa de Pós Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (PROFHISTORIA-UFS) as colaboradoras receberam esse material a fim de analisar e sinalizar possíveis correções, exclusões ou observações. As entrevistas convertidas em narrativas escritas são estabelecidas como documento para a História oral, um documento/narrativa produzido a partir de um processo teórico-metodológico (MEIHY, 2005).

A construção do texto após as entrevistas trata-se de um grande desafio pois transformar um diálogo numa narrativa fluida requer técnica e sensibilidade. Essas transformações do texto oral para o escrito foram definidas por MEIHY e SEAWRIGHT

(2021) como um processo de transcrição. Trata-se da transformação do que foi falado em escrita “teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, almeja-se transmitir ao leitor o mundo das sensações provocadas pelo contato” (MEIHY; SEAWRIGHT 2021, p.139).

Diante do exposto nesse artigo, embasados nos princípios das metodologias da história oral, emergem narrativas de histórias de vida por meio dos depoimentos das colaboradoras, que são transcritas e apresentadas de forma fluida nesse texto. Assim, destacamos a relevância das ideias de NORA (1993, p. 24), ao afirmar que “é a memória que dita e a história que escreve”. Nesse sentido, este artigo registra a história de duas pescadoras, perpetuando na narrativa histórica o que permanece vivo em suas memórias.

A história da Associação está atrelada a Dona Zilda que ao chegar em terras sergipanas no ano de 2001, sentiu a necessidade de organização das trabalhadoras da pesca no povoado Serrão e adjacências. Essas mulheres não tinham reconhecidos nenhum direito trabalhista, mesmo vivendo da pesca no rio São Francisco por toda a vida. Experiente, oriunda da agricultura, observou a dependência econômica e social dessas mulheres em relação aos seus companheiros, em sua maioria membros da colônia de pesca da localidade e que não abriam espaço para que as mulheres pudessem ter conhecimento dos benefícios sociais e de transferência de renda previstos na legislação trabalhista.

Fundada em 2009, de acordo com dona Zilda, a Associação de mulheres e homens pescadores Nossa Senhora Aparecida iniciou com 45 associados e atualmente possui 257 membros, majoritariamente mulheres. Contando com o apoio da paróquia local e a assessoria do representante do ministério da pesca do governo federal, dona Zilda conseguiu acesso à legislação que permitia a criação da associação, reunia as mulheres no salão paroquial da igreja e a partir da coleta da documentação exigida iniciou os trabalhos. A associação também possui atualmente sede própria.

Dona Zilda e D. Simone tiveram experiências distintas em suas infâncias e juventude. A primeira, natural de Pernambuco, passou parte de sua vida em São Paulo após mudar-se com seu pai. Somente quando conheceu seu esposo e casaram-se é que ela chegou a Ilha das Flores. Devido ao falecimento prematuro de sua mãe, Dona Zilda começou a trabalhar como doméstica em residências familiares aos 8 anos de idade. Por isso, ela relata que suas “brincadeiras eram lavar pratos e limpar casa”.

Dona Simone sempre viveu naquela localidade; seus pais e irmãos eram pescadores, e ela aprendeu o ofício com eles. Ao questionarmos sobre sua infância, ela não expressou recordações consideráveis, lembrando-se mais do trabalho com os pais e da rotina na embarcação do que de qualquer momento de diversão. Isso nos remete a POLLAK (1992, p. 203) ao afirmar que "a memória é seletiva: nem tudo fica guardado, nem tudo fica registrado". Portanto, a lembrança também passa por oscilações que são determinadas pelo momento em que é articulada e expressa.

Essas conjecturas feitas pelas colaboradoras sobre a sua infância revelam o *modus operandi* daquela localidade. Podemos observar que, desde tempos remotos, essa região não estimulava as meninas a sonharem, uma vez que eram obrigadas a trabalhar desde cedo, em condições semelhantes à escravidão. Tinham uma carga de afazeres exaustivo e excessivo, e o trabalho se sobrepunha ao acesso à escola. As meninas são privadas de acesso aos sonhos e, desde muito cedo, aprendem a ser subservientes aos pais e, posteriormente, aos cônjuges.

Dona Zilda ao abordar o tema do empoderamento feminino e à resistência dos maridos, traz à tona uma discussão feminista sobre o patriarcado e a opressão de gênero. Segundo a colaboradora os cônjuges afirmavam “que as mulheres estavam ficando inteligentes e sabendo dos direitos delas que antes não podiam saber. Trabalhavam e no final do expediente eram obrigadas a entregar o dinheiro a eles”. A resistência dos maridos em relação a participação militante e organizada das mulheres reflete a estrutura patriarcal que tenta mantê-las em uma posição de subordinação.

Nesse sentido LERNER (2019, p. 297) elucida que o patriarcado funciona com a cooperação das mulheres por meio da “doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história (...) por restrições e coerção total, por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político”. Essa opressão abrange desde a desvalorização do trabalho das pescadoras até questões mais íntimas como o cerceamento do direito à educação, a falta de reconhecimento da sua importância estética e limitação do seu processo de autoconhecimento.

Segundo dona Zilda, a associação oferece cursos de corte-costura, bordados e de técnicas financeiras. Presta orientação social e jurídica aos associados no tocante aos processos trabalhistas e de seguridade social tais como o seguro-defeso, auxílio-doença, licença-maternidade e programas federais de transferência de renda, recebe e distribui

doações de alimentos, remédios e roupas. Esses serviços são fundamentais para promover a autonomia e a independência financeira, conforme destacado pela presidente que almeja a valorização estética e o cuidado pessoal das pescadoras: “a gente quer pescador bonita, maquiada, arrumada, de unha pintada”. Por meio do conhecimento de seus direitos e do exercício do seu trabalho, os membros da associação podem desfrutar de uma perspectiva financeira diferente do que antes era praticado.

Questionada sobre o futuro da associação e a sucessão na presidência, Dona Zilda diz que anseia para que possa ter em médio ou longo prazo uma substituta, mas segundo a mesma, as associadas e os associados têm medo de assumir essa empreitada e dizem que ela, Dona Zilda, como a própria disse na entrevista, é “briguenta”, ou seja, sabe reivindicar e defender a sua categoria e por isso mesmo os demais não se sentem preparados para essa missão. E sobre essa questão ela esclarece entusiasmada: “E lutar não é brigar e bater nos outros, né? Lutar é brigar pelo respeito. Para todas e todos!”. Destaca como exemplos de sua luta as aquisições de barcos e a regularização da associação junto ao Ministério do Trabalho, motivo de muito orgulho para ela e os membros. Todo o sistema da associação é informatizado. Através dos computadores e da internet, é possível baixar documentos referentes à previdência social tais como SisRGP, NIT e GPS⁴.

Sobre a condição ambiental do baixo São Francisco, Dona Zilda argumenta que a queda da vazão do corpo d’água, motivada pelas barragens, retirada das matas ciliares, bombeamento da água para projetos agrícolas, abastecimento humano e ausência de saneamento básico no descarte de efluentes fez com que a diversidade de espécies pescadas venha caindo progressivamente nas últimas décadas:

⁵O impacto foi muito grande. A CHESF foi quem nos deixou assim, hoje elas querem fazer com a gente um reparo. Eles trazem essa informação porque eles veem que doi o lamento do rio. O rio hoje ele chora, ele chora e clama porque você veja, a nossa situação é imprópria, eu sou defensora do meu São Francisco e sou da articulação São Francisco vive então a gente defende muito esse impacto do Rio porque a gente não quer mostrar as coisas bonitas do rio não, a gente não quer mostrar as coisas feia, a gente quer mostrar os areal que tem dentro do rio, a gente quer mostrar as proa que tem dentro de um rio que hoje dificulta muito. O nosso

⁴ Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira; Número de Identificação do Trabalhador; Guia da Previdência Social.

⁵SOUZA, Zilda Maria Alves de & Simone Cristina Calumbi Zeferino: depoimento [maio de 2023]; Entrevistadores: Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva e Verônica Nogueira Andrade Nascimento. Ilha das Flores, 2023. 1 arquivo (45 min.)

pescado sumiu, dificilmente a gente vê esse peixe. Pesca mais perto da foz ou aqui pra cima. E nem ali no encontro do rio com o mar. Peixes e crustáceos desapareceram. Isso foi por conta do impacto que a Chesf e os outros movimentos que tirou a água do rio. Os nossos lençóis hoje que é onde nós chamamos nossos berçários né? Do nosso rio ele não tem mais esse berçário era aquele mato que ficava quando a maré ia e ela voltava os peixes colocava os caranguejos suas ovas, ali pra crescer nos manguezais ou até na margem São Francisco... A água e não ficou mais mar, não ficou mais berçário. Não tem mais aquele berçário, não tem mais Pitu, aqui era muito bom, era verdade. Camarão grande, enorme, não existe mais. Pode procurar até morrer, porque não tem. (Entrevista aos autores em 15/05/2023)

Quando discorre sobre a atual situação do rio São Francisco, Dona Zilda esboça gestos que evidenciam a grandiosidade de sua indignação e aflição. Suas pupilas dilataram-se, sua voz trêmula ecoa alta e a sua boca fica seca. Foi notório o quanto essa questão adentrava em ambientes sensíveis da sua condição humana.

Dona Simone, ao lado, complementa, ressaltando que as espécies que outrora existia, não permanece mais: “Ah, eu já cansei de pegar, ói... pitu, não sei cada um grande e agora? Não tem mais nenhum. Tem mais não.”

Dando continuidade às questões inerentes a esse problema, Dona Zilda exemplifica as espécies pescadas atualmente:

⁶É o tucunaré, o piau, o bagre que são pedras muito bagre agora né? E eu estou com aréola, o piau e a carapeba. A traíra também estão pegando bastante na margem de lá, né? Que os pescadores, alagoano. É na margem da Barra de São Francisco e lá com mais peixe... traíra. A traíra. A traíra. A carapeba e o nosso piau aqui é o nosso forte. Xira estão pegando, mas é umas três, quatro numa pescaria. (Entrevista aos autores em 15/05/2023).

A queda na produção do pescado, o baixo retorno financeiro, o período de defeso⁷, em que os pescadores(as) mesmo recebendo o seguro social precisam complementar a renda com a agricultura, sobretudo, tem ressonância na visão das novas gerações a respeito da atividade. Segundo Dona Zilda e Dona Simone, os mais jovens não têm interesse em seguir na pesca. Após concluírem os estudos, muitos deles migram para

⁶ SOUZA, Zilda Maria Alves de & Simone Cristina Calumbi Zeferino: depoimento [maio de 2023]: Entrevistadores: Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva e Verônica Nogueira Andrade Nascimento. Ilha das Flores, 2023. 1 arquivo (45 min.)

⁷ Período determinado pela legislação para suspensão das atividades de pesca no durante a reprodução das espécies aquáticas para garantia da sobrevivência das mesmas.

outros municípios, principalmente para os grandes centros urbanos, a exemplo da capital do Estado de Sergipe, Aracaju, São Paulo e Rio de Janeiro.

A respeito da visão dos mais jovens sobre a atividade pesqueira, Dona Zilda comenta:

Alguns, por exemplo. Nem todos eles querem ser pescadores porque é uma profissão suja, nojenta, que ganha pouco, porque tem dia que eles vão na maré, consegue alguma coisa. E tem dias que eles vão com a rede que vai e traz de volta. Que às vezes pega uma bambazinha ou duas porque como a nossa área aqui é pesca então você tem que sair ou *pra* fora ou subir rio acima. Conseguir algo da pesca aqui possa ser eu já vi pescador aqui que nem o marido de Maria e passar a rede aqui e pegar. Cada um assim. Mas ele pegou uma maré que ela vinha subindo e atravessou na rede e ela entrou toda. Pegou toda. Que eu fui mesmo... Eu fiquei admirada com mais chira assim. Nossa, tudo isso! Cada um assim grande! Mas é uma vez ou outra na vida. *Pra* pegar um peixe desse tem que subir outro dia, então é muito difícil assim a gente falar assim que o pescador hoje e também os meninos hoje eles estão mais *pra* fora que nesse mundo, ela tem um filho e ele não quis seguir não.” (Entrevista aos autores em 15/052023).

Em uma narrativa, as expressões corporais e psíquicas são elementos muito importantes para compreender a reação do entrevistado a uma determinada questão. Dona Simone, com os olhos marejados em lágrimas, desabafa sobre seu único filho, que optou por não seguir a tradição familiar de pescador, deixando um vazio em seu coração: “Aconselhei para não ir mas ele está no Rio de Janeiro. Foi embora pro Rio e faz salgados.” Ela relata como precisou aprender a conviver com a dolorosa ausência e a incessante saudade que a consome diariamente. Mencionou também, que com o trabalho desempenhado pelo filho, ele disponibiliza um valor mensalmente que a ajuda com a alimentação.

Dona Zilda também aborda os motivos pelos quais seus filhos não permaneceram na localidade tão pouco na profissão:

⁸Eu tenho quatro e todos eles seguiram. Eles vieram *pra* cá, mas não se deram aqui não, pescador é um “negocinho” também sujo. Quem trabalha na pesca anda fedendo a lama, estudar tanto *pra* andar fedendo. Ah, não vou ficar aqui não, gente. De jeito nenhum. (...) Tudo *pra* capital! Tudo embora! Tudo! Saíram,

⁸ SOUZA, Zilda Maria Alves de & Simone Cristina Calumbi Zeferino: depoimento [maio de 2023]: Entrevistadores: Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva e Verônica Nogueira Andrade Nascimento. Ilha das Flores, 2023. 1 arquivo (45 min.)

foram embora, passaram na UFS. Assim é dificultoso, a gente aconselha os filhos *pra* não ir embora, as mães choram, que nem o filho dela mesmo (referindo-se à Dona Simone, ao lado) foi pra o Rio de Janeiro, pra ouvir é muito difícil, ela só ter esse filho homem viver hoje sozinha, solteira, né? Ela vive com a mãe hoje, né? A mãe ali de muita idade, né? Então é assim, é um pouco difícil quando você tem um cidadão jovem que a mãe, às vezes quer que ele siga, e ele não quer. Ela tem embarcação na beira do rio, né? Meu filho, a gente tem barco, vamos viver essa vida? e o filho não quer porque acha muito pequena, eu quero um outro mundo, eu quero estudar, quero ser gente na vida, quero trabalhar pra *mim* ter o recurso. Então é assim, nunca a gente segura os jovens do seu lado. Nunca mais. Você segura até quando você domina. Até hoje eu falo *pros* meus filhos, eles me tratam da mesma forma. Mas você só segura o jovem quando ele é muito novinho. Depende de você. De sete, oito anos, dez anos você ainda segura, de quatorze e tem mãe que nem assim segura, né? (Entrevista aos autores em 15/05/2023).

Com base no exposto pelas depoentes, torna-se evidente que os jovens se recusam a permanecer na atividade pesqueira devido aos estereótipos que solidificaram ao longo do tempo. Muitos deles migram para os grandes centros urbanos como Aracaju, Maceió e metrópoles do Sudeste brasileiro, em busca de outras ocupações de trabalho. Considerando-se a falta de diversificação, lazer e quantidade de postos de trabalho nesse local, o atrativo que os veículos de comunicação de massa oportunizam ao difundir a cultura de massa urbanita, consumista e robotizada, a expansão do ensino público nas comunidades interioranas nos últimos 30 anos, mesmo que com problemas relacionados à infraestrutura e pouca assistência pedagógica, levam as novas gerações a seguir o caminho da migração.

Segundo as entrevistadas, os jovens da localidade filhos de pescadores alegam não conseguirem se relacionar devido ao odor que emana dessa ocupação. Além disso, em decorrência das condições de trabalho, as (os) pescadoras(es) são acometidas por inúmeras doenças. A exposição ao sol sem proteção adequada causa problemas dermatológicos, como pele e lábios ressecados, fissuras dolorosas com sangramentos, coceiras, câncer de pele além do envelhecimento precoce. Em relação à saúde mental, as entrevistadas dizem que as incertezas quanto à autossustentação e de suas famílias devido ao caráter sazonal da atividade pesqueira leva pescadoras e pescadores à depressão e síndrome do pânico. Contudo, dona Zilda afirma que a assistência de saúde no povoado é deficitária e até mesmo para a obtenção de remédios é dificultoso. “No máximo se vende

um Anador na mercearia”, diz a presidente da associação. Todos esses fatores supracitados, constituem justificativas para os jovens optarem por não seguirem a tradição familiar e, conseqüentemente, não se dedicarem à pesca.

Este artigo buscou ressaltar e examinar o contexto das entrevistas realizadas com as colaboradoras da Associação de Mulheres e Homens Pescadoras Nossa Senhora Aparecida, situada no povoado Serrão, município de Ilha das Flores, Sergipe. Através da perspectiva feminina das pescadoras, o estudo objetivou enriquecer o conhecimento sobre essa comunidade e suas lutas por respeito e melhores condições de vida.

Ao explorarmos as experiências das pescadoras, pudemos observar os desafios enfrentados por elas no cotidiano, bem como suas aspirações por melhores condições de vida e trabalho. A fundação da associação foi um passo importante para que essas mulheres pudessem se organizar, ter acesso aos direitos trabalhistas e desfrutar de autonomia financeira. Fundada em 2009, a associação tem crescido ao longo dos anos e atualmente conta com uma sede própria. As colaboradoras compartilharam suas experiências de infância e juventude, revelando a falta de acesso a sonhos e diversão devido às obrigações de trabalho desde cedo.

Todavia, também identificamos as resistências enfrentadas pelas mulheres, especialmente por parte dos maridos, que muitas vezes não aceitavam sua participação ativa na associação. Essa resistência reflete as estruturas patriarcais presentes na sociedade, procuram manter as mulheres em posição de subordinação. Para superar essas barreiras, é necessário um trabalho contínuo de conscientização para a promoção da igualdade.

A atual situação de degradação do rio São Francisco reduziu a piscosidade e diminuiu a renda das famílias. Vendo a falta de ascensão social de seus patrícios, a juventude afasta-se da cultura ancestral da pesca e toma uma diáspora rumo aos centros urbanos regionais e nacionais na perspectiva de ampliar os estudos, ocupar postos de trabalhos diferentes daquele do seu espaço natal.

À luz da visão como entrevistadores, o recorte do povoado Serrão exemplifica o abandono latente que varre em comum as comunidades do baixo São Francisco. Em meio a projetos de agronegócio de grande monta, a exemplo dos perímetros irrigados⁹ de

⁹ Trata-se do Platô de Neópolis, distrito de irrigação de mais de 10 mil hectares que funciona como concessão pública para o estabelecimento de lotes empresariais destinados à agroexportação de cultivos tropicais.

fruticultura e rizicultura fomentados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), está uma gente esquecida, expropriada da terra e do próprio rio agonizante pela predação da sociedade de consumo, cambaleante entre os sons dos motores das canoas num labirinto fluvial hermético, que possuem na margem de seus casebres uma dádiva tal qual o Nilo egípcio¹⁰, porém sem meios ou recursos para explorá-lo à fim de melhorar sua própria condição social.

É importante ressaltar que as comunidades ribeirinhas do baixo São Francisco possuem uma relação intrínseca com o rio e seu entorno, e essa conexão está enraizada em suas histórias de vida, saberes e perspectivas. O rio São Francisco desempenha um papel central na construção da identidade dessas comunidades, representando suas experiências individuais e coletivas e gerando um sentimento de pertencimento.

Na condição de entrevistar mulheres trabalhadoras, sentimo-nos profundamente representados nas inúmeras falas das pescadoras. Independentemente da ocupação, localidade ou outras circunstâncias particulares, ser mulher em um país patriarcal nos possibilita vivenciar e enfrentar dificuldades semelhantes, mesmo que em lugares e posições diferentes. A subserviência, a restrição de funções que durante décadas foram destinadas aos homens e não às mulheres, e o controle financeiro insidioso evidenciam a condição social imposta às mulheres na sociedade. Quantas são cruelmente impedidas de seguir seus sonhos e lutar por seu sustento? Quantas são vítimas de uma conspiração traiçoeira, arquitetada por seus próprios companheiros, com o intuito de minar sua autoestima, fazendo-as sentir-se desprezadas, impotentes e totalmente dependentes?

Ao abordar as questões de resistência nesse contexto, Dona Zilda nos oferece uma valiosa lição, repleta de didática, sobre como enfrentar diariamente as nuances patriarcais da sociedade. Ela demonstra que é possível realizar um trabalho no âmbito pessoal para o coletivo, modificando assim as estruturas impostas ao longo de décadas. Ela nos esclarece que o melhor caminho consiste no conhecimento, no diálogo, na resistência e na persistência. O autoconhecimento é o que as liberta das amarras sociais, dos estereótipos e dos medos que muitos tentam impor.

¹⁰ O aproveitamento das águas do rio São Francisco é imprescindível não apenas para agricultura, bem como para o transporte de mercadorias e pessoas, abastecimento, piscicultura e geração de energia, tal qual o rio Nilo e sua importância para as populações do norte e nordeste da África, notadamente o Egito.

Portanto, a perspectiva feminina de ribeirinhos do baixo São Francisco em Sergipe traz à tona a necessidade de lutar por respeito, igualdade de gênero e pelo reconhecimento do papel fundamental das mulheres nas atividades pesqueiras e na vida comunitária. Somente por meio do empoderamento e da valorização das pescadoras será possível construir uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Na construção histórica deste município, é evidente que as mulheres desempenharam papéis diversos, travando uma luta constante por seus direitos e buscando ocupar todos os espaços sociais que a lei e seus próprios sonhos lhes conferem. Esta batalha, gradual e coletiva, promete frutos que serão colhidos a longo prazo. Notamos que as conquistas alcançadas por essas mulheres pioneiras contribuirão para moldar um cenário futuro no qual as futuras gerações não terão que enfrentar os mesmos desafios e obstáculos que persistem hoje.

É inegável que as mulheres que trilharam esse caminho pavimentaram parte do trajeto para que as vindouras não apenas herdem, mas avancem em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. A expectativa é que as futuras gerações, inspiradas por esses exemplos, não apenas perpetuem as conquistas, mas também alcancem novos patamares na busca por equidade de gênero e participação plena na vida social, política e econômica do município.

Olhando para o futuro, almejamos que as mudanças sociais e educacionais propiciem um ambiente favorável para a permanência dos jovens na localidade. A aspiração é que as transformações em curso não só incentivem a permanência, mas também motivem os jovens a contribuir ativamente para a construção de uma comunidade mais justa, inclusiva e progressista. A história das mulheres nesta jornada serve como inspiração para que as futuras gerações e os jovens encontrem na Ilha das Flores não apenas um lugar de origem, mas um espaço de oportunidades, crescimento e realização pessoal.

Por último, esta pesquisa está embasada em autores como MEIHY, SEAWRIGHT, NORA e POLLAK. Enfatiza a relevância da tradição oral na compreensão das experiências individuais e coletivas, ressaltando a memória como um elemento essencial na construção histórica. As narrativas das colaboradoras, transcritas e transcriadas, constituem um registro histórico das vivências das pescadoras, preservando

o que permanece vivo em suas memórias, sinalizando um sopro de esperança em mudança de perspectivas para as mulheres e para a juventude do Baixo São Francisco Sergipano.

REFERÊNCIAS

LERNER, G. *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>

MEIHY, José Carlos Sebe B; *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe B; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: História oral aplicada*. 1. Ed. São Paulo; Contexto, 2021.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez./1993.

PEREIRA, Maracy; SANTANA, João Rogério Menezes de. *Representações Sociais de pescadores: Histórias de Vida e Meio Ambiente*. VII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão-SE 2013. Acesso em 22/11/2023. <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9705/39/38.pdf>

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/download/109975/21914>. Acesso em: 04/09/2023.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Os ribeirinhos do baixo São Francisco: outros sentidos do ser*. In: Revista Geograficidade, v. 10, n.1, p. 58-75 (2020). Disponível em <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/28976>. Acessado em 22/09/2023.

FONTES

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/ilha-das-flores.html>, acessado em 02/09/2023.

PROJETO CADASTRO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO NORDESTE:
Diagnóstico do município de Ilha das Flores-SE. Disponível em:
<https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/2494/1/25%20%20Ilha%20das%20Flores.pdf>.
Acessado em 02/09/2023.

Notas:

*Mestre em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA-UFS. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Municipal de Itaporanga d'Ajuda-SE.

**Mestra em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA-UFS. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Lagarto-SE e da Rede Municipal de Ensino de Paripiranga-BA.